OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

Nota técnica nº 6
Novembro de 2024

A "BOLSA HOMEM BRANCO"

UMA ANÁLISE DO EFEITO DE SER HOMEM BRANCO SOBRE A RENDA EM MINAS GERAIS, A PARTIR DE DADOS DA PNADC DE 2023

FJP FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

CORECON MG CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Parceria entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), o Observatório das Desigualdades, criado em agosto de 2018, é um projeto de extensão do curso de Administração Pública da FJP que busca contribuir com o debate informado sobre as diferentes faces da desigualdade social, os mecanismos que as produzem e reproduzem e as formas de enfrenta-la, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre o tema.

Fundação João Pinheiro

Presidente
Luciana Lopes

Vice-Presidente
Mônica Bernardi

Diretora Geral da Escola de Governo
Kamila Pagel

Corecon–MG

Presidente
Valquíria Aparecida Assis

Vice-Presidente
Carolina Rocha

Gerente Executivo
Breno Leandro do Carmo Corrêa

Observatório das Desigualdades

Coordenação
Bruno Lazzarotti Diniz Costa
Matheus Arcelo

Pesquisadores Assistentes
Alessandra Kadar
Ariel Vianna
Beatriz Acácio
Clarice Miranda
José Vitor Cruz
Mariana Avelar

A "Bolsa Homem Branco": uma Análise do Efeito de Ser Homem Branco sobre a Renda em Minas Gerais, a partir de dados da PNADc de 2023[1]

Equipe Responsável pela Nota Técnica

Beatriz Ribeiro Acácio

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Clarice Miranda do Amaral

Lucas Augusto de Lima Brandão

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista das instituições.

[1] Agradecemos à pesquisadora Nícia Raies pela leitura, sugestões e comentários, que foram essenciais para o aprimoramento desta nota técnica.

A "Bolsa Homem Branco": uma Análise do Efeito de Ser Homem Branco sobre a Renda em Minas Gerais, a partir de dados da PNADc de 2023

1. Introdução

A desigualdade interseccional – ou seja, efeitos combinados de (especialmente) classe, gênero e raça sobre as vantagens e desvantagens das pessoas em vários âmbitos da vida social (Hirata, 2014) – no Brasil é fato solidamente estabelecido por meio de evidências as mais variadas. Um dos campos em que ela é mais saliente é o das desigualdades de renda e no mercado de trabalho.

No caso do mercado de trabalho, mulheres, negros e, com mais intensidade, mulheres negras, enfrentam obstáculos em distintas etapas da inclusão e posicionamento no mercado de trabalho (Costa *et al*, 2005). Em primeiro lugar, a estrutura de dominação patriarcal que mantêm os papéis de gênero impõe às mulheres um peso muito desproporcional nas tarefas de cuidados (sobre crianças, pessoas com deficiência, idosos dependentes) e nos afazeres domésticos. Esta dimensão fundamental da desigualdade de gênero tem várias implicações.

A participação das mulheres no mercado de trabalho é mais baixa do que a dos homens, por razões práticas e/ou decorrentes dos papéis de gênero naturalizados (Fernandez, 2019). Ao buscar trabalho, elas tendem a ter mais restrições quanto a horário, jornada, distância e localização em relação ao domicílio, aversão ao risco entre outras, decorrentes da necessidade de compatibilizar o trabalho remunerado com as tarefas domésticas (não remuneradas, por sinal). Estas restrições do ponto de vista da oferta, associadas aos vários mecanismos de discriminação mais diretos no recrutamento para os postos de trabalho, sejam por estereótipos ou por machismo mais explícito, levam a um resultado bem claro: maior taxa de desemprego; acesso a piores postos de trabalho, mais precários ou com pior remuneração; alto grau de segregação dos postos de trabalho (por exemplo, em ocupações vinculadas ao cuidado e ao trabalho doméstico); entre outros.

Mesmo quando têm acesso a postos de trabalho melhores, as mulheres têm menos chances de ocupar funções de gerência ou chefia e de progredir na carreira: são punidas por terem que arcar com as funções de reprodução e compatibilizarem as duas (ou três) jornadas, pela mera expectativa de que venham a fazê-lo e pelos processos mais diretos de discriminação machista ainda hoje vergonhosamente comuns (KUCHEMANN, 2012).

Os negros enfrentam, no mercado de trabalho, tanto as consequências do racismo vigente em outras esferas da vida social – piores oportunidades educacionais, segregação urbana, concentração maior nos segmentos de menor renda, rede de contatos mais distante das melhores posições – quanto os persistentes mecanismos explícitos e sutis de discriminação racial no recrutamento e promoção para os melhores postos de trabalho. Como apontado por Cerqueira e Coelho (2017), a discriminação no mercado de trabalho surge tanto da demanda, com empregadores racistas que bloqueiam oportunidades, quanto da oferta, onde barreiras sociais e educacionais limitam candidatos de grupos minoritários.

Quando estes vetores de exclusão se combinam, a intensidade da desigualdade se agrava mais. Por exemplo, mulheres pobres estão em piores condições para compatibilizar as jornadas, já que, na ausência de políticas mais universais de cuidado, as mulheres de setores médios e altos de renda ainda têm como recorrer ao pagamento de serviços domésticos e de cuidados (realizados geralmente por mulheres mais pobres do que elas). Ademais, as mulheres pobres e negras enfrentam tripla desvantagem neste campo, sendo o segmento social em piores condições. o que os dados mostram é que as discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, fazendo com que as mulheres negras, que se encontram na base da hierarquia social (SILVA, 2013).

Ou seja, o perfil da ocupação de postos de trabalho, setores, posições de liderança etc. já é um ponto de chegada de uma longa cadeia de vantagens de que homens em geral, e homens brancos em particular, desfrutam no mercado de trabalho. No entanto, mesmo tendo isto em mente, o foco aqui será tomar o perfil da distribuição das ocupações como um dado e estimar o que seria um "extrato" mais puro de discriminação, o que se poderia chamar, um tanto jocosamente, de "bolsa homem branco": o ganho médio adicional de renda do trabalho que um homem branco recebe apenas por ser homem e branco, comparando-o com outras demografias. Quer dizer, entre duas pessoas com escolaridade, idade, situação no domicílio etc. semelhantes e que tenham uma inserção no mercado de trabalho parecida, em termos de setor, jornada, posição na ocupação, quanto a mais um homem branco recebe mensalmente em Minas Gerais?

Mas a renda do trabalho, apesar de ser o principal componente do rendimento dos adultos, não é o único. A ela se somam transferências públicas diversas (Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada etc.), pensões e aposentadorias, bem como outras fontes, como investimentos financeiros, alugueis, entre outros. Por outro lado, não necessariamente todo o rendimento de uma pessoa é usufruído apenas por ela e tampouco cada pessoa necessariamente usufrui apenas do rendimento por ela recebido. Como é de conhecimento geral, a unidade

familiar é um espaço de redistribuição econômica restrita: tanto compartilhamento de custos e riscos quanto de rendimentos: de adultos para crianças, de uma pessoa ocupada para uma eventualmente desempregada, às vezes de adultos para outros adultos dependentes etc. etc.). Para avaliar se, mesmo considerando esta redistribuição e as rendas que não provêm diretamente do mercado de trabalho, a sociedade mineira continua pagando a "bolsa homem branco" e, se sim, de quanto, procuramos fazer a mesma estimativa levando em conta a renda domiciliar per capita (RDPC).

Para isso, como se detalha em seguida, utilizou-se um procedimento de *Matching* via *Propensity Score*, seguido de uma regressão linear utilizando o *dataset* após o matching para estimação do efeito de ser homem branco, para, em seguida, aplicar a regressão em um *dataset* hipotético onde todos os indivíduos foram tratados como homens brancos para estimar a renda primeiro para a advinda do trabalho e, a seguir, para a RDPC. Além desta estimativa, para ambos os tipos de rendimento serão realizados alguns exercícios contrafactuais, simulando como ficariam a desigualdade (medida pelo índice de Gini), a pobreza e a pobreza extrema e os rendimentos dos diferentes segmentos de gênero e raça se todos fossem tratados como homens brancos, ou seja, se a "bolsa homem branco" fosse universalizada. É bastante claro, mas vale a pena ressaltar, que os artifícios utilizados nestas simulações não são literais, mas exercícios que buscam tornar mais explícitas as enormes desigualdades de gênero e raça nos rendimentos e o quanto, combinadas, contribuem para a desigualdade de renda, no caso, em Minas Gerais.

2. Metodologia

Na estratégia de pesquisa delineada, o primeiro passo é estimar o efeito líquido de ser homem branco sobre a renda do trabalho. Para isto, a opção foi emular uma situação de experimento hipotético por meio PSM. Este método busca criar um experimento por meio dos dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que parte de um grupo de tratamento (que, no caso em exame, é o dos homens brancos) e busca os indivíduos no "grupo de controle" (os indivíduos que não são homens brancos) que mais se parecem com cada sujeito do grupo de tratamento, tendo como critério para esse pareamento uma série de variáveis, que expressam as seguintes dimensões: idade, escolaridade, idade, posição no domicílio, grupamento ocupacional, grupamento de atividade, posição na ocupação, horas trabalhadas. As variáveis encontram-se descritas com detalhe no Apêndice 1, bem como os resultados e balanceamento do pareamento no Apêndice 2. A partir daí, cria-se um grupo de

controle novo apenas com os pares do grupo de tratamento. O conjunto de dados formado pelo grupo de tratamento e pelo novo grupo de controle, contendo os pares, será o utilizado para realizar a regressão linear, e assim estimar o efeito de ser um homem branco na renda.

Após criar o conjunto de dados pareados, a segunda etapa foi realizar a comparação de fato entre o grupo de tratamento (homens brancos) e o grupo de controle. Para isto, foi feita uma regressão linear múltipla, tendo como variável dependente o Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos e como variáveis independentes foram utilizadas as mesmas utilizadas para o pareamento e a variável que indica se o indivíduo é ou não um homem branco. Isto permite estimar com mais precisão o valor da "Bolsa Homem Branco", ou seja, da vantagem líquida nos rendimentos do trabalho auferida pelos homens brancos, se comparados aos outros segmentos de raça e gênero. Os resultados mais detalhados das regressões encontram-se no Apêndice 3.

O terceiro passo foi o exercício contrafactual, simulando uma situação em que todos fossem tratados como homens brancos, ou seja, que a todos fosse atribuída a mesma vantagem líquida nos rendimentos. Em termos operacionais, então, foi criado um cenário que considerasse o efeito sobre a renda do trabalho e sua distribuição caso todos os indivíduos fossem tratados como homens brancos. Há duas estratégias metodológicas possíveis para isto:

1. Apenas somar o efeito de ser homem branco (R$ 742,98) à renda dos indivíduos que não pertencem a este grupo;
2. Prever novas rendas para os indivíduos que não são homens brancos, utilizando o modelo da regressão linear, como se esses indivíduos fossem homens brancos.

Adicionar o efeito estimado do tratamento diretamente aos salários do grupo de controle é uma estratégia simples e transparente. Nesta abordagem, apenas se soma o valor estimado ao salário original, o que facilita a explicação e a compreensão dos resultados. No entanto, essa simplicidade é acompanhada da relevante desvantagem de supor que o efeito do tratamento é uniforme para todos os indivíduos, o que pode não ser verdade. Além disso, essa estratégia ignora interações entre o tratamento e outras variáveis, o que pode levar a uma simplificação excessiva do problema.

Por outro lado, prever novos salários usando um modelo de regressão permite incorporar as covariáveis e considerar as características individuais, oferecendo uma visão mais detalhada de como o tratamento pode impactar cada pessoa. Essa abordagem é mais flexível e pode capturar relações complexas e interações entre variáveis, resultando em uma estimativa potencialmente mais precisa. No entanto, essa precisão depende fortemente da qualidade do modelo utilizado. Modelos mal especificados podem gerar previsões equivocadas, e a complexidade dessa

estratégia exige um cuidado maior tanto na implementação quanto na interpretação dos resultados. Nesta nota optou-se por explorar os resultados de ambas as estratégias, cujos resultados podem ser observados adiante.

Os mesmos procedimentos foram adotados em relação à RDPC: pareamento a partir das mesmas variáveis; constituição de um novo banco de dados apenas com homens brancos (tratamento) e o grupo de controle (mulheres e homens negros pareados em relação às variáveis); cálculo, por meio de regressão linear no novo banco, da vantagem líquida dos homens brancos ("Bolsa Homem Branco") quanto à RDPC; contrafactual simulando os efeitos da extensão do adicional de renda a todos os indivíduos sobre a RDPC e sobre sua distribuição. O único acréscimo, no caso da RDPC, foi simular os efeitos não apenas sobre o índice de Gini e sobre a RDPC das pessoas, mas também sobre a incidência de pobreza e de extrema pobreza. Para este cálculo, utilizou-se, como linha de pobreza extrema, RDPC igual ou inferior a ¼ de salário mínimo e, como linha de pobreza, RDPC superior a ¼ e inferior a ½ salário mínimo.

3. Resultados

3.1. A "Bolsa Homem Branco" da Renda do Trabalho

3.1.1. Estimando a "Bolsa Homem Branco" da Renda do Trabalho

Conforme a metodologia detalhada acima, estimou-se, por meio de regressão linear no banco de dados pareado, o efeito de ser homem branco sobre a renda do trabalho. O coeficiente encontrado para esta variável foi de R$ 742,98 o que pode ser interpretado da seguinte forma: considerando indivíduos que têm a mesma função no domicílio, estão na mesma situação domiciliar (Rural ou Urbana), têm idades próximas, mesmo tipo de ocupação no mesmo setor da economia, trabalham carga horária parecida semanalmente e tem o mesmo de grau de instrução, os homens brancos receberam pelo trabalho, em 2023, R$ 742,98 a mais do que os demais trabalhadores. Ou seja, em Minas Gerais, o mercado de trabalho concede aos homens brancos uma "bolsa mensal" superior ao benefício médio do Programa Bolsa Família, que foi de aproximadamente R$ 670,36 no Estado em 2023. Claro, pode-se argumentar que esta pode ser uma inferência espúria, que não consideraria outras características, habilidades ou atitudes desigualmente distribuídas, valorizadas no mercado de trabalho, e que intangíveis demais para serem capturadas por estes dados. Pode ser que parte desta diferença seja desta natureza, mas a) cabe então investigar, de maneira mais específica, como estes outros vetores de desigualdade

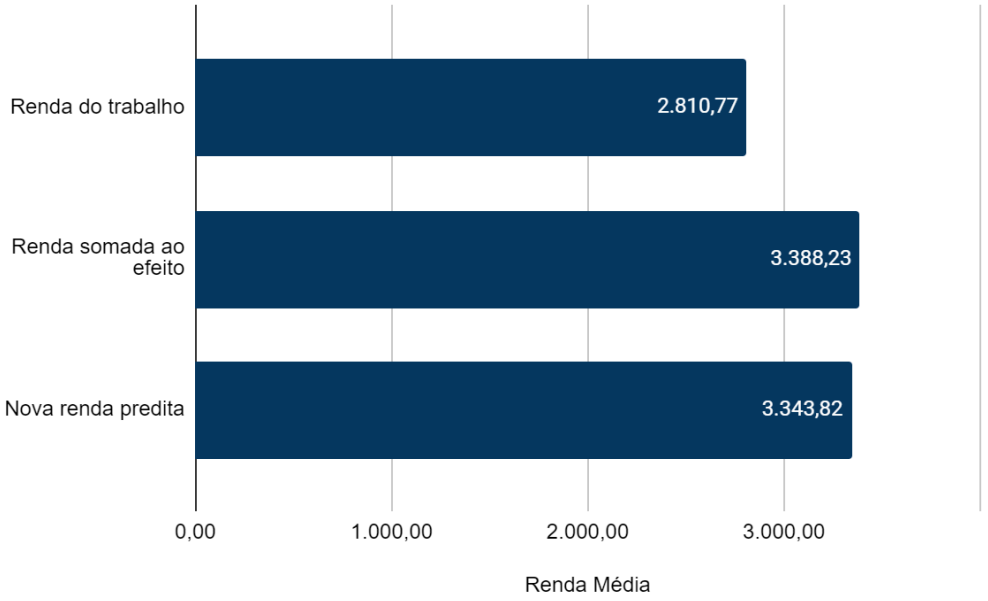
na força de trabalho se constituem e se reproduzem e b) a magnitude da diferença e a quantidade de variáveis de controle e pareamento torna muito mais plausível a hipótese de que, ao menos, parte importante desta desigualdade se deva aos mecanismos bastante conhecidos de discriminação.

3.1.2. E se ela fosse universalizada?

E se este acréscimo de renda se estendesse a todos e passasse a alcançar também trabalhadores negros e mulheres? Os exercícios contrafactuais (ou seja, explorar cenários alternativos hipotéticos) têm, é claro, muitas limitações. A principal delas vem justamente de um de seus supostos fundamentais: o famoso (ou infame) *coeteris paribus,* quer dizer a suposição de que todos os demais fatores, exceto aqueles cuja variação se explora, permaneceriam inalterados. No caso em tela, é pouco provável que um acréscimo tão significativo nos rendimentos do trabalho de um contingente tão grande de pessoas não provocasse efeitos de várias ordens e em vários âmbitos da vida social. No entanto, o objetivo deste exercício não é uma previsão realista de um cenário hipotético; é, antes, ilustrar o quanto de nossa desigualdade e de nossa pobreza advêm do peso do racismo e da opressão patriarcal em nossa formação social.

Conforme se observa pelo exercício contrafactual adiante, o privilégio decorrente do efeito combinado de raça e gênero sobre a renda do trabalho é altamente significativo. Em relação à renda média do trabalho, o gráfico 1 mostra que a universalização da "Bolsa Homem Branco" elevaria a média em 18,96% ou 20,54%, conforme a metodologia adotada para a estimação. O ponto aqui demonstrado é que uma parte importante dos rendimentos do trabalho está longe - muito longe, na verdade - de se distribuir segundo a fábula moral do mérito, seja por esforço, formação ou dedicação, mas responde a fatores adscritos, decorrentes, como já se afirmou, da operação de mecanismos racistas e machistas de discriminação no mercado de trabalho.

Gráfico 1 - Variação na renda média

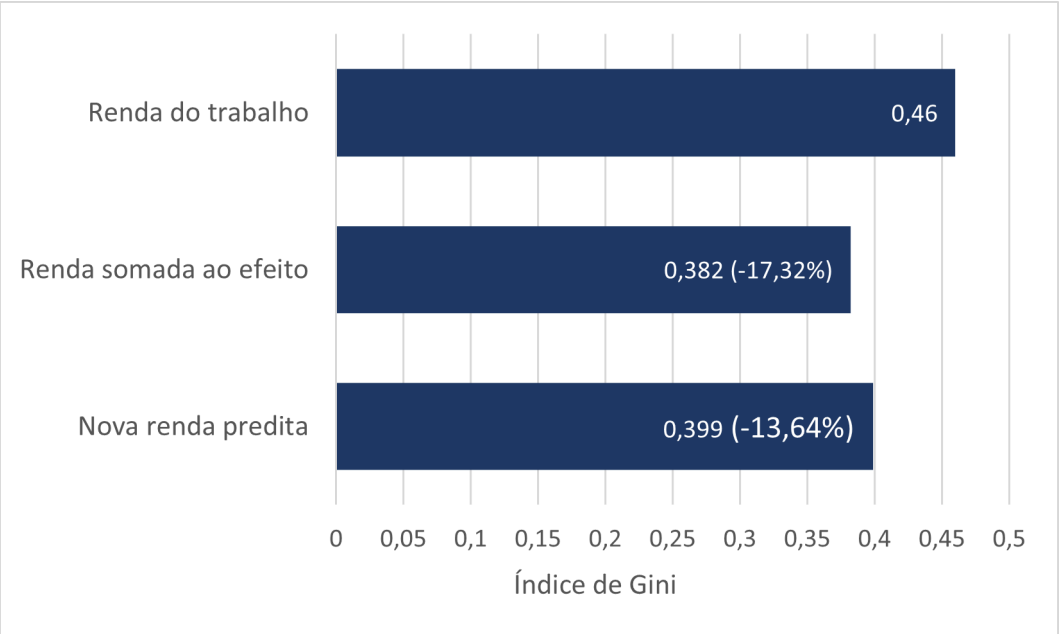


Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Com a análise do gráfico 1, já é possível intuir a magnitude da desigualdade da renda do trabalho provocada mais diretamente pelos marcadores de gênero e raça. Para uma avaliação mais precisa deste efeito, avançou-se no exercício contrafactual, estimando qual seria o impacto da extensão do acréscimo de renda dos homens brancos para todos os ocupados. O gráfico 2 resume este impacto, que implicaria uma redução de 13,64% ou 17,32% no índice de Gini da renda do trabalho, a depender da estratégia de estimação adotada. Este exercício permite avaliar - ainda que com a cautela já apontada - o quanto da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho é explicado muito diretamente pela combinação de gênero e raça. Como se afirmou no início desta nota, este efeito está certamente subestimado, já que toma, como ponto de partida, o perfil da ocupação dos postos de trabalho. Na verdade, esta própria distribuição das posições responde a um conjunto de mecanismos que operam em desfavor de mulheres e de negros.

Efeitos sobre a desigualdade da renda do trabalho - Índice de Gini

Gráfico 2 - Variação no Índice de Gini



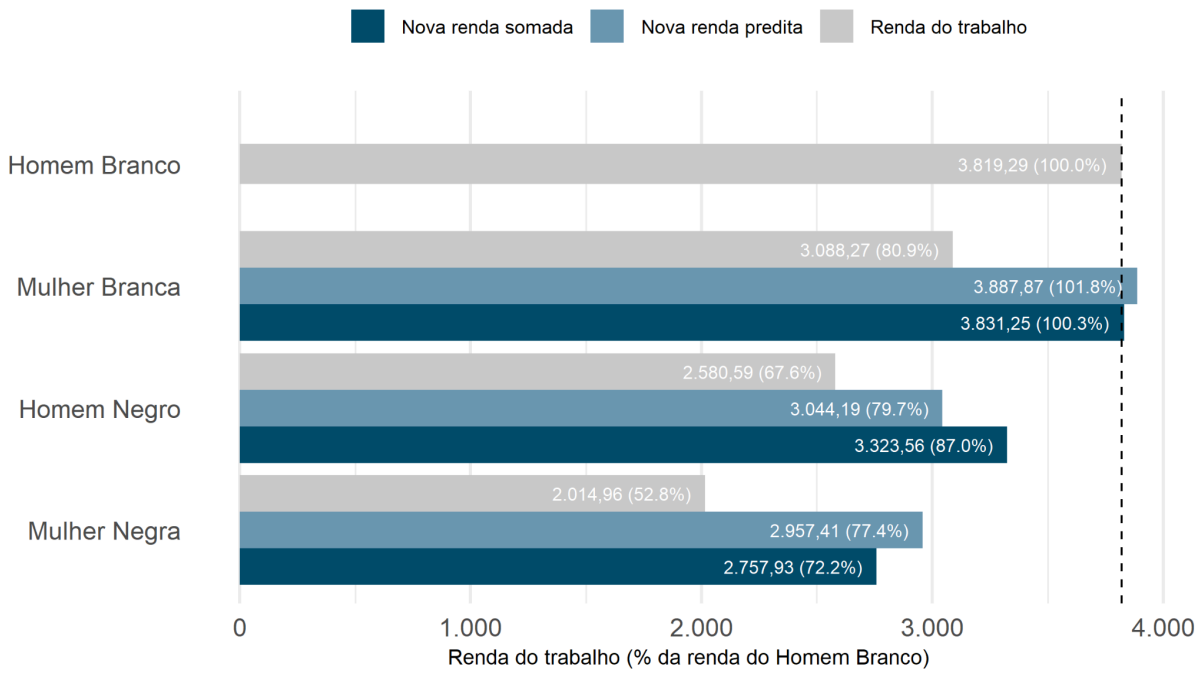
Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

De qualquer modo, a análise conjunta dos dois gráficos mostra que o efeito sobre o aumento da renda média é maior do que sobre a redução do Índice de Gini, independente do método de estimação utilizado. Isto já é um indício de que os efeitos de gênero e raça sobre a renda do trabalho não são homogêneos para todos os grupos socioeconômicos e que, provavelmente, serão mais elevados - em termos absolutos - em estratos superiores do status sócio-ocupacional.

O gráfico 3 mostra o impacto hipotético da universalização da "Bolsa Homem Branco" para os outros segmentos. Caso se adote o modelo de "renda predita", provavelmente mais preciso, o maior impacto relativo seria sobre a renda das mulheres negras, que aumentaria impressionantes 47%, seguido por um aumento de 26% na renda das mulheres brancas e de 18% na renda dos homens negros.

Efeitos sobre a renda do trabalho dos outros segmentos

Gráfico 3 - Desigualdade de renda do trabalho entre sexo e raça



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Mas, além disso, o gráfico 3 também permite ter uma dimensão da complexidade dos mecanismos que produzem as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, conforme se alertou mais acima. Como pode ser observado, mesmo com este acréscimo, somente no caso das mulheres brancas sua renda alcançaria a dos homens brancos. Seria necessária uma análise mais detalhada para uma compreensão adequada desses impactos, mas no caso das mulheres brancas, provavelmente combinam-se escolaridade mais elevada (é preciso lembrar que, de forma geral, a escolaridade das mulheres é mais alta no Brasil), maior capital social, mais recursos privados para sustentar a compatibilização com as tarefas domésticas e de cuidado e, claro, o fato de não serem alvo dos mecanismos racistas. Porém, é preciso ressaltar que, mesmo assim, este efeito está provavelmente subestimado: dada a superioridade das mulheres quanto à escolaridade, em um modelo mais completo, a renda das mulheres brancas certamente seria ainda mais elevada que a dos homens brancos. Isto fica ainda mais claro com a análise da renda dos negros (homens e mulheres): mesmo com o acréscimo significativo de renda adicional no

modelo contrafactual, nenhum dos dois grupos alcança sequer 80% da renda dos homens brancos. O que isto deixa claro é que sobre estes grupos é bem maior a intensidade dos processos que, ao fim, determinam um acesso muito desigual aos melhores

3.2. A "Bolsa Homem Branco" da Renda Domiciliar Per Capita

3.2.1. Estimando a "Bolsa Homem Branco" da RDPC

Apesar da renda do trabalho constituir a principal fonte de rendimentos da maioria das pessoas, avaliar a distribuição de renda exclusivamente a partir dela tem limitações. A primeira e evidente é que o cálculo deixa de fora rendimentos de outras fontes, sejam elas de natureza privada - aplicações financeiras, aluguéis, lucros - sejam as decorrentes de transferências públicas, como é o caso de aposentadorias e pensões, Programa Bolsa Família e similares, Benefício de Prestação Continuada, entre outros. Além disto, do ponto de vista econômico, as famílias costumam constituir uma unidade fechada de rendimento e consumo, o que quer dizer que a renda de diversas fontes e dos distintos membros constituem, na maioria das vezes, um fundo único que é redividido para satisfazer as necessidades de manutenção e consumo do conjunto dos membros, sendo os casos mais evidentes as crianças, pessoas com deficiência e idosos dependentes, além dos membros eventualmente desempregados ou fora da força de trabalho. Somam-se a estas também as despesas de manutenção do imóvel, energia elétrica, abastecimento de água, impostos etc, de natureza comum e compartilhada.

Para lidar com isto é que se recorre ao artifício da Renda Domiciliar Per Capita (RDPC), que consiste no procedimento simples de calcular a renda de uma pessoa a partir da soma de todos os rendimentos provenientes de todas as fontes de todos os membros do domicílio e, em seguida, dividir pelo número de membros. Apesar de minimizar os problemas mencionados, esta estratégia também tem limitações. Primeiro, supõe-se que o conjunto dos rendimentos é igualmente distribuído entre os membros do domicílio. Em segundo lugar, como em grande parte dos domicílios convivem homens e mulheres, sejam como cônjuges, seja em outras posições do domicílio, ao dividir igualmente a renda entre os moradores, o cálculo da RDPC diluirá parte significativa das desigualdades de gênero. Apesar disto, para analisar o conjunto dos rendimentos, o recurso à RDPC tem mais vantagens do que limitações, desde que a análise tenha estas últimas em conta.

Assim, esta seção procura estimar o acréscimo de renda auferido pelos homens brancos em relação aos outros cidadãos, mas agora considerando a RDPC e não apenas a renda individual

do trabalho. Os procedimentos serão os mesmos já descritos - pareamento por meio do PSM, para constituir os grupos de tratamento e de controle; regressão linear para calcular o acréscimo de renda e elaboração de um dataset hipotético para análise do cenário contrafactual - a partir da RDPC. Ver Apêndices 2 e 3.

Como foi feito com a renda do trabalho, após criar o conjunto de dados pareados, foi feita uma regressão linear múltipla, tendo como variável dependente a Renda Domiciliar Per Capita e, como variáveis independentes, as mesmas utilizadas para o pareamento e a variável que indica se o indivíduo é ou não um homem branco. O coeficiente encontrado para esta variável foi de R$ 384,65, o que indica que que, considerando indivíduos que têm a mesma posição no domicílio, estão na mesma situação domiciliar (Rural ou Urbana), têm idades próximas, mesmo tipo de ocupação no mesmo setor da economia, têm jornada semanal e nível de instrução semelhantes, os homens brancos têm uma renda R$ 384,65 superior à dos outros indivíduos. Como ressaltado acima, é preciso estar atento às limitações do uso da RDPC para este objetivo, considerando que, em domicílios em que homens e mulheres convivem, o suposto de que o conjunto dos rendimentos são distribuídos de maneira igualitária entre os membros pode obscurecer diferenças efetivas importantes. Ainda assim, pode-se observar a) que a "Bolsa Homem Branco", como temos chamado este acréscimo líquido de renda, paga pela sociedade equivale segue muito significativo em Minas Gerais, mesmo considerando o conjunto da RDPC, alcançando 21% da renda domiciliar per capita do Estado; b) rendimentos de outras fontes (especialmente as diferentes transferências públicas assistenciais e previdenciárias tendem a ser mais equitativas e a moderar a desigualdade de gênero e raça; c) não surpreendentemente, a família é também uma unidade de redistribuição econômica importante, por funcionar (ao menos em parte e sem negar as desigualdades, autoritarismo e até mesmo violência que também compõem frequentemente este espaço) por uma lógica de compromisso mútuo, compartilhamento e proteção frente aos outros âmbitos de produção de bem-estar.

3.2.2. E se Ela Fosse Universalizada?

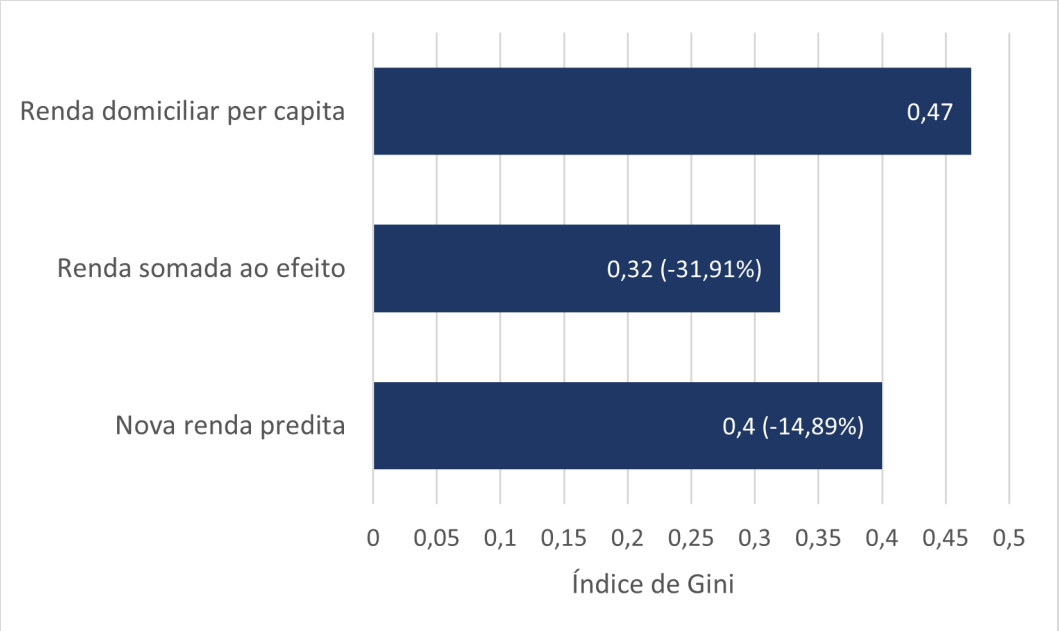
Da mesma forma que foi feito com a renda do trabalho, o passo seguinte foi realizar um exercício contrafactual, estimando os efeitos sobre a RDPC, caso todos os indivíduos fossem tratados como homens brancos. Além deste, o uso da RDPC permite também avaliar o efeito hipotético sobre a incidência de pobreza e extrema pobreza no Estado de Minas Gerais. Em relação a este último exercício, os limites de uma especulação contrafactual também se mostram

e é preciso, portanto, cautela na interpretação dos dados. Como a noção de pobreza aqui é a pobreza monetária, a qual é definida em termos absolutos (ou seja, a renda obtida mensalmente por cada indivíduo), a estimação do efeito sobre a pobreza da universalização do acréscimo de renda de que os homens brancos se beneficiam só é válida sob uma condição exigente: a de que a massa de rendimentos dos cidadãos do estado aumentasse significativamente. Quer dizer, a análise parte da suposição de que a renda dos homens brancos permaneceria a mesma e a de todos os outros indivíduos aumentaria: a grande maioria da população ganharia renda e ninguém perderia. É uma condição cuja viabilidade política e econômica pode ser questionada, se utilizada para além da função do exercício contrafactual de melhor compreender a dimensão e os efeitos da desigualdade interseccional da renda. Para avaliar estes efeitos, foram adotadas as mesmas estratégias utilizadas em relação à renda do trabalho, com suas vantagens e limites.

Efeitos Sobre a Desigualdade da RDPC - Índice de Gini

Tomando somente a estimativa a partir da renda predita no modelo de regressão - provavelmente mais precisa e também mais conservadora - a eliminação da vantagem líquida dos homens brancos na RDPC reduziria a desigualdade em 14,9% a desigualdade de renda, medida pelo Gini, em Minas Gerais, que passaria de 0,47 a 0,40.

Gráfico 4 - Variações no Índice de Gini em Minas Gerais

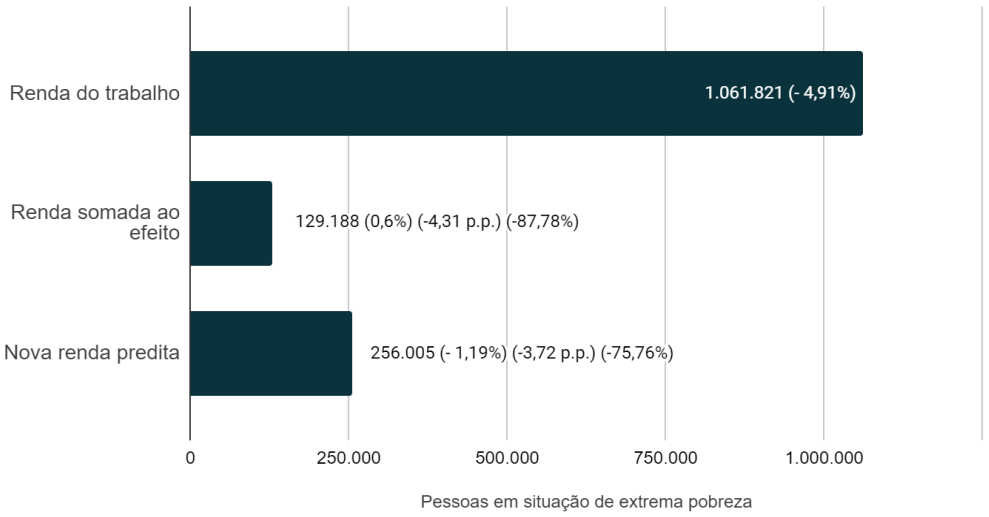


Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Efeitos Sobre a Pobreza e a Extrema Pobreza

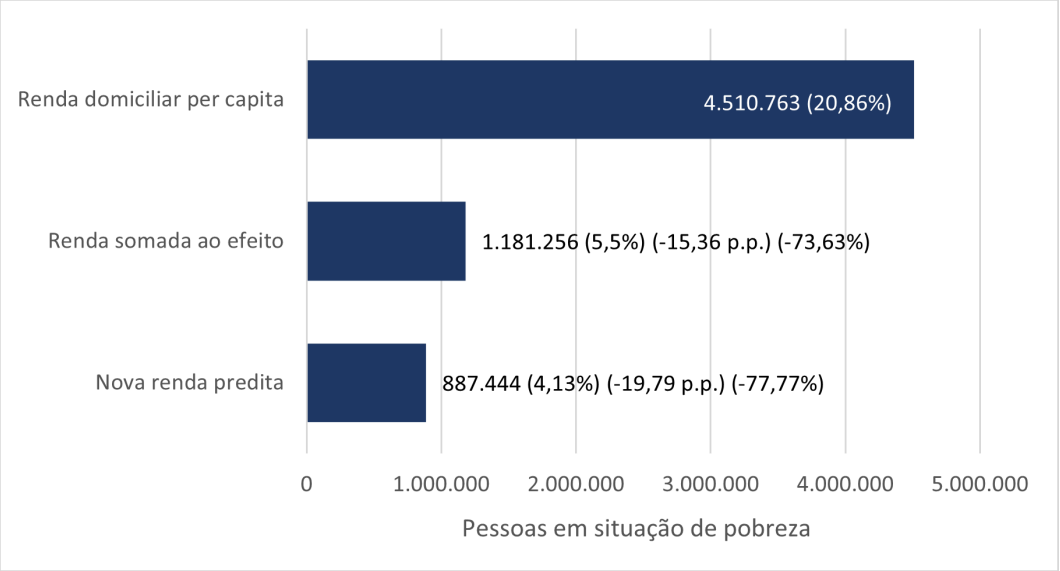
Do ponto de vista do impacto sobre a extrema pobreza e a pobreza, sempre lembrando as ressalvas feitas acima, a universalização da "Bolsa Homem Branco" em Minas Gerais reduziria o número de extremamente pobres em 75,76% - de 1.061.821 pessoas para 256.005 - fazendo com que a incidência de extremamente pobres no estado passasse a ser de 1,19%. O impacto ainda maior ocorreria sobre a pobreza, que se reduziria em praticamente 80%, com o número de pobres caindo de 4.510.763 para 887.444. Com isto, a taxa de pobreza no estado, que em 2023 era de 20,86%, alcançaria 4,13% dos cidadãos em Minas Gerais.

Gráfico 5 - Variações na taxa de extrema pobreza em Minas Gerais



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Gráfico 6 - Variações na taxa de pobreza em Minas Gerais

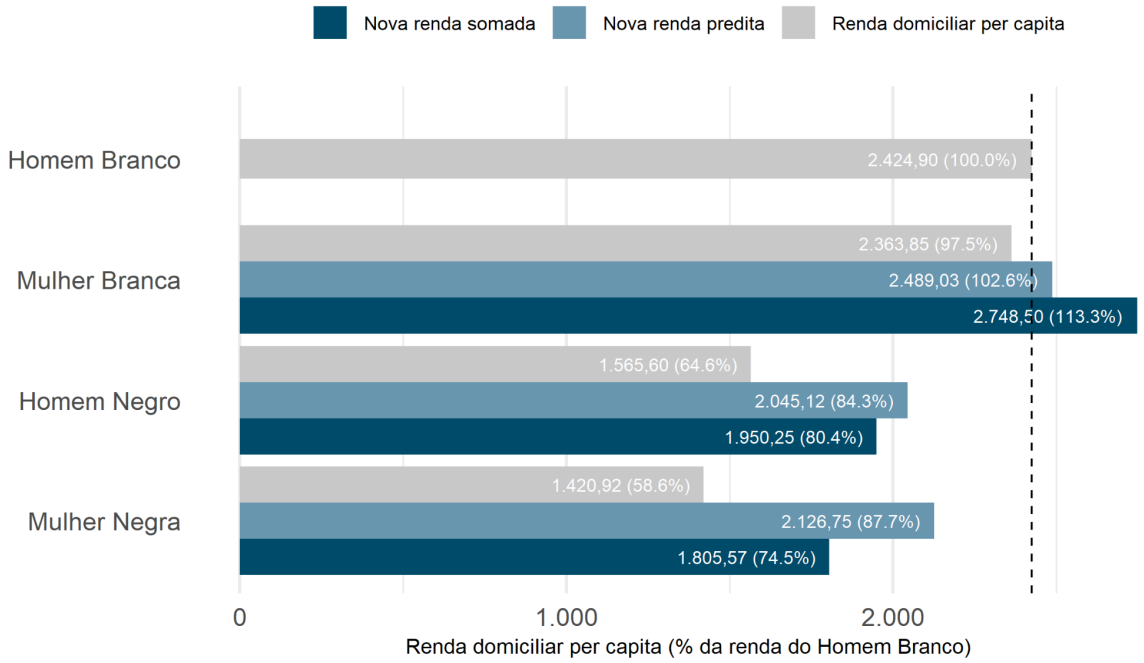


Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Efeitos Sobre a RDPC de Homens Negros e Mulheres (Brancas e Negras)

Assim como ocorre com a renda do trabalho, os efeitos da desigualdade de gênero e raça sobre a RDPC não são homogêneos. Como demonstra o gráfico 8, utilizando a renda predita pelo modelo de regressão, caso se universalizasse o acréscimo líquido de renda auferido pelos homens brancos, a RDPC média das mulheres brancas ultrapassaria a dos homens em 3%, mas teria um pequeno ganho, tanto percentual quanto absoluto. Já a renda das mulheres negras seria a que receberia o maior aumento relativo e absoluto, passando de R$ 1.420,92 para R$ 2.126,75, um ganho absoluto de aproximadamente 706 reais e um aumento relativo de quase 50% em sua RDPC. Ainda assim, apenas a RDPC das mulheres brancas alcançaria a dos homens brancos. Tanto homens negros quanto mulheres negras permaneceriam com, no máximo, 88% dos rendimentos dos homens brancos.

Gráfico 7 - Desigualdade de renda domiciliar per capita entre sexo e raça



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

4. Conclusão

Nesta nota, utilizamos o termo caricatural 'Bolsa Homem Branco' para ressaltar o privilégio em termos de renda que uma sociedade patriarcal e racista, como a nossa, confere a este grupo. O conceito sintetiza como as distintas manifestações do racismo – interpessoal e institucional (Danin, 2018) – atuam sempre de forma combinada na reprodução das desigualdades raciais e das posições de poder na sociedade, primeiro em relação aos rendimentos do trabalho e, em seguida, à RDPC. Utilizou-se uma estratégia de pareamento (Propensity Score Matching) que levou em conta escolaridade, jornada de trabalho, situação do domicílio, posição na ocupação, setor, entre outros fatores, para criar um grupo de controle. Esse grupo pôde ser comparado à situação de 'tratamento', ou seja, o status de homem branco. A partir daí, utilizando uma regressão linear que levou em conta os fatores acima, foi possível estimar a vantagem líquida dos homens brancos comparativamente aos outros segmentos. Em seguida, a partir de um exercício contrafactual, estimamos qual seria o efeito da extensão desta vantagem sobre a renda média, o Índice de Gini e, no caso da RDPC, também sobre a pobreza e extrema pobreza.

Além do que já foi apontado ao longo da nota, é fundamental ter em conta que defender uma abordagem interseccional da compreensão da desigualdade social e da luta política para seu enfrentamento não deve ser estigmatizado como algo apartado das disputas históricas por justiça social e redistribuição, como frequentemente faz uma crítica empobrecedora a um suposto "identitarismo". Em países com uma formação social como o Brasil - escravista e patriarcal - o processo de modernização se deu predominantemente pela via conservadora, ou seja, sem que houvesse uma ruptura mais profunda com a ordem anterior, preservando parte importante das estruturas de poder, dos mecanismos de acesso a ele (ao poder) e também dos marcadores de exclusão/inclusão (Souza, 2021). As demandas por reconhecimento, por autonomia sobre o corpo e por respeito aos diferentes modos de vida não deveriam ser vistas como algo menor por aqueles que creem em valores emancipatórios, mas no caso brasileiro isto faz ainda menos sentido. Segundo Davis (2016), os marcadores de gênero e raça imbricam-se com as estruturas de classe de forma tão indissociável que suas implicações materiais e nas chances de vida não podem ser minimizadas, como pode ser visto pelo estudo realizado no caso brasileiro. Ainda que ultrapassem os temas tratados nesta nota, basta lembrar contra quem se dirigem majoritariamente as taxas de homicídios, o encarceramento em massa, a letalidade policial, a violência obstétrica, entre tantas outras violações, para evidenciar o quanto são profundas, estruturais e constitutivas as combinações de classe, gênero e raça na injustiça social brasileira.

No âmbito muito mais modesto desta nota, restrito às desigualdades nos rendimentos do trabalho e na RDPC em Minas Gerais, a mesma realidade (mais uma e monótona vez) se revela. Mesmo pareando as principais variáveis determinantes do rendimento, há um resíduo de desigualdade de rendimentos que dificilmente se explicaria totalmente por outros fatores que não a discriminação por gênero e raça. Esta vantagem, a "Bolsa Homem Branco" é muito significativa e, para fins de comparação, é superior à média dos benefícios pagos pelo Bolsa Família. Em termos de rendimento do trabalho, é esta a magnitude do esforço social que é direcionado à manutenção do privilégio dos homens brancos de Minas Gerais, ressalte-se, apenas naquilo que se refere à renda do trabalho. Situação parecida, ainda que significativamente moderada pela redistribuição intrafamiliar e pelas transferências públicas, encontra-se quando se leva em conta a RDPC. Os exercícios contrafactuais, a partir da renda do trabalho e da RDPC demonstram, além disto, o quão importantes são a discriminação por gênero e raça na constituição da desigualdade total de rendimentos e também na determinação da condição de pobreza e pobreza extrema. De outro lado, as mesmas análises deixam claro que os mecanismos pelos quais as desigualdades — inclusive as de gênero e raça, mas não apenas — vão muito além

da discriminação salarial. Seu enfrentamento exige um olhar transversal às várias dimensões da vida social, porém, se queremos levar a sério a luta por uma sociedade mais justa, não podemos deixar de considerar o foco interseccional.

5. Referências

COSTA, Joana Simões *et al*. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, 2005.

DANIN, Renata Almeida. Vozes brancas, mortes negras: configurações do racismo institucional no cenário da Segurança Pública. 2018. Tese de Mestrado – Universidade Federal do Pará.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. Rev. Cadernos de Campo, Araraquara, n. 26, p. 79-103, jan./jun. 2019.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KUCHEMANN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 1, p. 165-180, Abr. 2012.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: Mariana Mazzini, MARCONDES *et al* [ORG.]. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

6. Apêndices

Apêndice 1

Variáveis consideradas para o matching

Variável	Resposta
Se a pessoa é responsável pelo domicílio	Sim
	Não
Situação do domicílio (rural ou urbano)	Rural
	Urbana
Idade da pessoa	Anos
Grupamentos ocupacionais do trabalho principal	Diretores e gerentes
	Profissionais das ciências e intelectuais
	Técnicos e profissionais de nível médio
	Trabalhadores de apoio administrativo
	Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados
	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca
	Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios
	Operadores de instalações e máquinas e montadores
	Ocupações elementares
	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares
	Ocupações mal definidas
Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
	Indústria geral
	Construção
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
	Transporte, armazenagem e correio
	Alojamento e alimentação
	Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas
	Administração pública, defesa e seguridade social

	Educação, saúde humana e serviços sociais
	Outros Serviços
	Serviços domésticos
	Atividades mal definidas
Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada
	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada
	Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada
	Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada
	Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada
	Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada
	Militar e servidor estatutário
	Empregador
	Conta-própria
	Trabalhador familiar auxiliar
Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	Horas
Nível de instrução mais elevado alcançado pela pessoa	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo
	Fundamental incompleto ou equivalente
	Fundamental completo ou equivalente
	Médio incompleto ou equivalente
	Médio completo ou equivalente
	Superior incompleto ou equivalente
	Superior completo

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

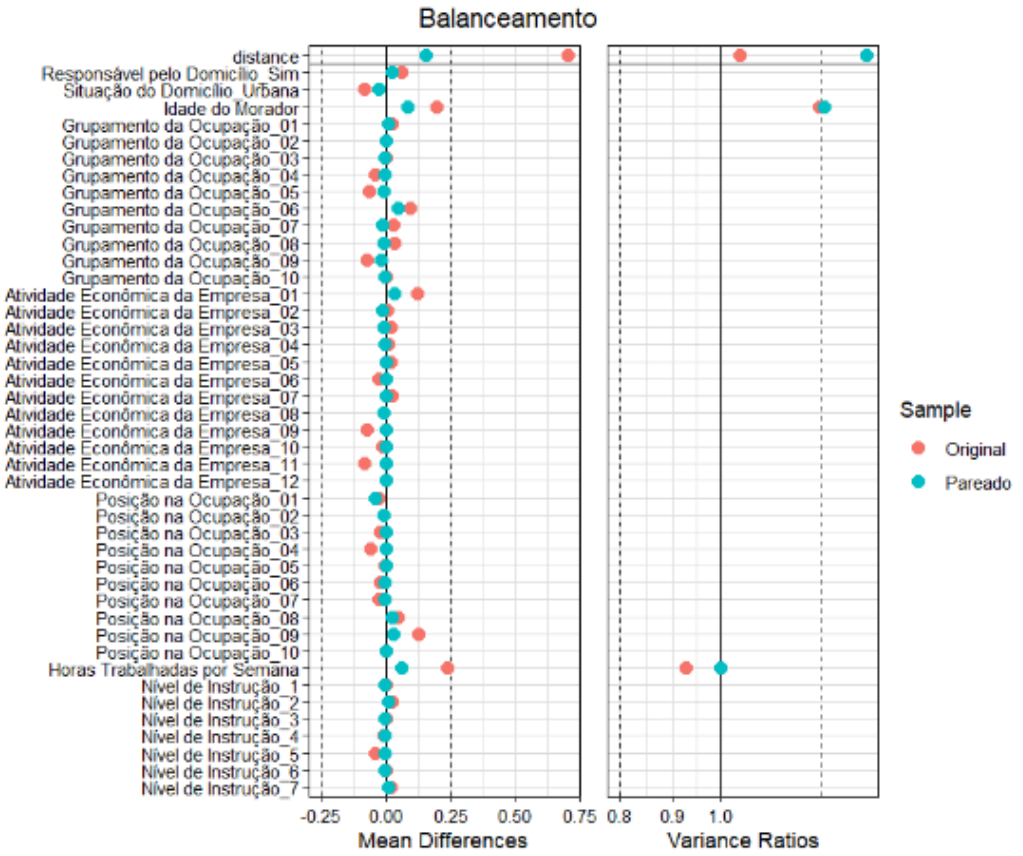
Apêndice 2

Matching para a Renda do Trabalho

- **Método de Matching:** 2:1 nearest neighbor sem substituição

- **Resultado e Balanceamento:** O Conjunto de dados original continha 28.447 indivíduos da amostra original, destes 13.280 (46,7%) tinham alguma ocupação. Daqueles com ocupação 2.979 eram homens brancos e 10.301 não. O novo conjunto de dados pareado foi reduzido para 8.937 indivíduos, em que foram mantidos apenas os homens brancos e dois pares encontrados dentre os 10.301 que não são. Foi adotado a proporção de 2 indivíduos do grupo de controle para 1 do grupo de tratamento para aumentar o conjunto de dados que será utilizado. O gráfico a seguir exibe a razão de variância e a diferença na média entre os grupos de tratamento e controle antes e depois do pareamento detalhado acima:

Razão da variância e diferença na média entre os grupos antes e depois do pareamento (renda do trabalho)



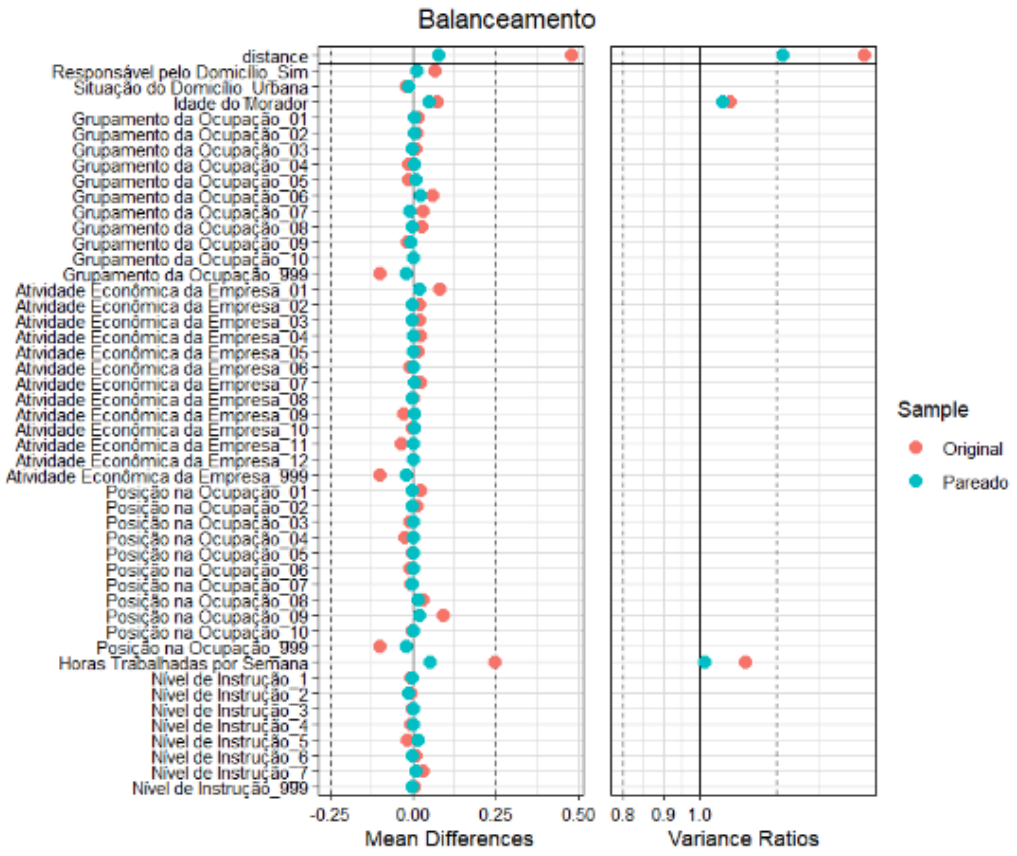
Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Matching para a Renda Domiciliar Per Capita

- **Método de Matching:** 2:1 nearest neighbor sem substituição

- **Resultado e Balanceamento:** O Conjunto de dados original continha 28.447 indivíduos da amostra original. Destes, 5.409 são homens brancos e 23.038 não são. O novo conjunto de dados pareado foi reduzido para 16.227 indivíduos, em que foram mantidos apenas os homens brancos e dois pares encontrados dentre os 23.038 que não são. Foi adotado a proporção de 2 indivíduos do grupo de controle para 1 do grupo de tratamento para aumentar o conjunto de dados que será utilizado. O gráfico a seguir exibe a razão de variância e a diferença na média entre os grupos de tratamento e controle antes e depois do pareamento detalhado acima:

Razão da variância e diferença na média entre os grupos antes e depois do pareamento



Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Apêndice 3

Resultados dos modelos de regressão para renda do trabalho e para renda domiciliar per capita

Erro padrão dos resíduos: 113.300 com 8.898 graus de liberdade. R-quadrado múltiplo: 0,2452, R-quadrado ajustado: 0,242. Estatística F: 76,06 com 38 e 8.898 graus de liberdade, p-valor: < 2,2e-16.

Termo	Coeficiente	Erro padrão	statistic	p-valor
Intercepto	R$ 1.104,81	568,74	1,94	0,052
Homem Branco	R$ 742,98	90,84	8,18	0,000
Responsável pelo Domicílio	R$ 446,58	89,40	5,00	0,000
Situação domicílio - Urbana	R$ 424,44	161,57	2,63	0,009
Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade	R$ 57,91	3,76	15,39	0,000
Idade	R$ 26,75	3,78	7,08	0,000
Nível de Instrução mais elevado - Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Referência	-	-	-
Nível de Instrução mais elevado - Fundamental incompleto ou equivalente	R$ 244,22	411,03	0,59	0,552
Nível de Instrução mais elevado - Fundamental completo ou equivalente	R$ 834,47	431,64	1,93	0,053
Nível de Instrução mais elevado - Médio incompleto ou equivalente	R$ 788,92	441,33	1,79	0,074
Nível de Instrução mais elevado - Médio completo ou equivalente	R$ 673,49	416,47	1,62	0,106
Nível de Instrução mais elevado - Superior incompleto ou equivalente	R$ 1.249,05	454,45	2,75	0,006
Nível de Instrução mais elevado - Superior completo	R$ 2.843,86	433,71	6,56	0,000

Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Referência	-	-	-
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	R$ 50,08	144,18	0,35	0,728
Posição na ocupação e categoria do emprego - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	R$ 535,21	1024,36	0,52	0,601
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	R$ 1.479,04	512,38	2,89	0,004
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-R$ 591,77	430,44	-1,37	0,169
Posição na ocupação e categoria do emprego - Militar e servidor estatutário	R$ 641,89	338,26	1,90	0,058
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregador	R$ 2.505,64	185,73	13,49	0,000
Posição na ocupação e categoria do emprego - Conta-própria	-R$ 86,01	116,50	-0,74	0,460
Grupamentos de atividade - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Referência	-	-	-
Grupamentos de atividade - Indústria geral	-R$ 51,87	220,34	-0,24	0,814
Grupamentos de atividade - Construção	-R$ 22,69	235,09	-0,10	0,923
Grupamentos de atividade - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-R$ 564,32	219,93	-2,57	0,010
Grupamentos de atividade - Transporte, armazenagem e correio	R$ 260,61	260,65	1,00	0,317
Grupamentos de atividade - Alojamento e alimentação	-R$ 1.341,51	338,09	-3,97	0,000
Grupamentos de atividade - Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-R$ 168,74	236,34	-0,71	0,475
Grupamentos de atividade - Administração pública, defesa e seguridade social	R$ 354,15	427,62	0,83	0,408

Grupamentos de atividade - Educação, saúde humana e serviços sociais	R$ 132,72	305,60	0,43	0,664
Grupamentos de atividade - Outros Serviços	-R$ 521,11	302,01	-1,73	0,084
Grupamentos de atividade - Serviços domésticos	-R$ 1.022,04	771,94	-1,32	0,186
Grupamentos de atividade - Atividades mal definidas	R$ 500,22	3331,18	0,15	0,881
Grupamento Ocupacional - Diretores e gerentes	Referência	-	-	-
Grupamento Ocupacional - Profissionais das ciências e intelectuais	-R$ 2.005,32	260,84	-7,69	0,000
Grupamento Ocupacional - Técnicos e profissionais de nível médio	-R$ 3.019,93	263,87	-11,44	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores de apoio administrativo	-R$ 4.355,38	289,52	-15,04	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	-R$ 3.537,29	253,57	-13,95	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	-R$ 4.144,46	331,84	-12,49	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	-R$ 3.963,36	260,98	-15,19	0,000
Grupamento Ocupacional - Operadores de instalações e máquinas e montadores	-R$ 4.039,71	273,02	-14,80	0,000
Grupamento Ocupacional - Ocupações elementares	-R$ 4.288,87	272,65	-15,73	0,000
Grupamento Ocupacional - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	-R$ 2.012,35	572,24	-3,52	0,000

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)

Resultados do modelo referente à renda domiciliar per capita com os dados após realização do pareamento:

Erro padrão dos resíduos: 93.070 com 16.182 graus de liberdade. R-quadrado múltiplo: 0,1481, R-quadrado ajustado: 0,1459. Estatística F: 67 com 42 e 16.182 graus de liberdade, p-valor: < 2,2e-16.

Termo	Coeficiente	Erro padrão	statistic	p-valor
Intercepto	R$ 1.342,08	307,50	4,36	0,000
Homem Branco	R$ 384,65	55,86	6,89	0,000
Responsável pelo Domicílio	R$ 109,20	63,08	1,73	0,083
Situação domícilio - Urbana	R$ 553,51	88,92	6,22	0,000
Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade	R$ 34,04	3,04	11,19	0,000
Idade	R$ 12,98	1,54	8,45	0,000
Nível de Instrução mais elevado - Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Referência	-	-	-
Nível de Instrução mais elevado - Fundamental incompleto ou equivalente	-R$ 131,75	124,17	-1,06	0,289
Nível de Instrução mais elevado - Fundamental completo ou equivalente	R$ 74,61	152,33	0,49	0,624
Nível de Instrução mais elevado - Médio incompleto ou equivalente	R$ 131,38	160,87	0,82	0,414
Nível de Instrução mais elevado - Médio completo ou equivalente	R$ 327,27	134,49	2,43	0,015
Nível de Instrução mais elevado - Superior incompleto ou equivalente	R$ 896,19	171,16	5,24	0,000
Nível de Instrução mais elevado - Superior completo	R$ 1.930,06	153,99	12,53	0,000
Nível de Instrução mais elevado - Não se aplica	R$ 408,35	153,63	2,66	0,008

Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Referência	-	-	-
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	R$ 122,16	117,79	1,04	0,300
Posição na ocupação e categoria do emprego - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	R$ 1.184,47	2362,84	0,50	0,616
Posição na ocupação e categoria do emprego - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	R$ 1.280,24	2350,96	0,54	0,586
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	R$ 829,74	425,20	1,95	0,051
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-R$ 243,05	345,01	-0,70	0,481
Posição na ocupação e categoria do emprego - Militar e servidor estatutário	R$ 323,70	284,09	1,14	0,255
Posição na ocupação e categoria do emprego - Empregador	R$ 1.961,76	151,03	12,99	0,000
Posição na ocupação e categoria do emprego - Conta-própria	R$ 213,22	94,73	2,25	0,024
Posição na ocupação e categoria do emprego - Trabalhador familiar auxiliar	R$ 1.769,65	375,31	4,72	0,000
Grupamentos de atividade - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Referência	-	-	-
Grupamentos de atividade - Indústria geral	-R$ 226,71	173,26	-1,31	0,191
Grupamentos de atividade - Construção	-R$ 294,14	186,78	-1,57	0,115
Grupamentos de atividade - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-R$ 489,04	173,41	-2,82	0,005

Grupamentos de atividade - Transporte, armazenagem e correio	-R$ 203,27	212,33	-0,96	0,338
Grupamentos de atividade - Alojamento e alimentação	R$ 912,20	278,09	3,28	0,001
Grupamentos de atividade - Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	R$ 27,07	188,79	0,14	0,886
Grupamentos de atividade - Administração pública, defesa e seguridade social	R$ 205,63	356,20	0,58	0,564
Grupamentos de atividade - Educação, saúde humana e serviços sociais	R$ 191,62	250,81	0,76	0,445
Grupamentos de atividade - Outros Serviços	-R$ 427,12	250,02	-1,71	0,088
Grupamentos de atividade - Serviços domésticos	-R$ 1.423,65	2297,10	-0,62	0,535
Grupamentos de atividade - Atividades mal definidas	-R$ 759,17	2735,01	-0,28	0,781
Grupamento Ocupacional - Diretores e gerentes	Referência	-	-	-
Grupamento Ocupacional - Profissionais das ciências e intelectuais	-R$ 1.204,21	212,00	-5,68	0,000
Grupamento Ocupacional - Técnicos e profissionais de nível médio	-R$ 1.787,11	215,73	-8,28	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores de apoio administrativo	-R$ 2.743,64	244,83	-11,21	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	-R$ 2.150,76	206,37	-10,42	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	-R$ 2.398,10	265,69	-9,03	0,000
Grupamento Ocupacional - Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	-R$ 2.483,98	208,81	-11,90	0,000

Grupamento Ocupacional - Operadores de instalações e máquinas e montadores	-R$ 2.573,38	220,28	-11,68	0,000
Grupamento Ocupacional - Ocupações elementares	-R$ 2.723,12	218,46	-12,47	0,000
Grupamento Ocupacional - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	-R$ 2.160,68	486,23	-4,44	0,000
Grupamento Ocupacional - Não se aplica	-R$ 965,90	280,78	-3,44	0,001

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD/C (IBGE)